

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Notas prévias | 17 |
| Abreviaturas e Siglas | 19 |
| Introdução | 21 |
| 1 – Percorrendo rapidamente a história | 21 |
| 1.1 – O direito do trabalho | 21 |
| 1.2 – O Direito a tempos de não trabalho | 32 |
| 2 – O “homo laborans” da atualidade e o “cerco” das novas tecnologias de informação e comunicação. | 35 |
| 2.1 – O trabalhador que chegou ao século XXI. | 35 |
| 2.2 – As novas tecnologias de informação e comunicação no mundo e no trabalho | 43 |
| 3 – A questão jurídica e política: precedência/interdependência | 56 |

| | |
|--|------------|
| I – Objeto e sentido da análise | 65 |
| 1.1 – A Constituição como lei fundamental | 65 |
| 1.1.1 – Em geral. | 65 |
| 1.1.2 – Em matéria laboral | 74 |
| 1.2 – Os corolários da dimensão fundamental da Constituição | 84 |
| 1.2.1 – A dignidade da pessoa humana | 84 |
| 1.2.2 – A vontade popular e a sociedade livre, justa e solidária | 90 |
| 1.3 – A interpretação da Constituição face à sua dimensão fundamental | 98 |
| 1.3.1 – A necessária concretização das normas constitucionais e teses em confronto a esse propósito | 98 |
| 1.3.2 – Os critérios interpretativos defendidos | 106 |
| 1.3.2.1 – Critérios gerais | 106 |
| 1.3.2.2 – Critérios especiais | 112 |
| II – Os tempos de não trabalho no nosso direito constitucional. | 117 |
| 2.1 – O trabalhador para a Constituição | 117 |
| 2.1.1 – Trabalhador subordinado | 119 |
| 2.1.2 – Características | 123 |
| 2.1.2.1 – Pessoa singular | 123 |
| 2.1.2.2 – Que presta uma atividade ou função | 125 |
| 2.1.2.3 – A solicitação, nos termos e em benefício de outrem. | 128 |
| 2.1.2.4 – Mediante retribuição/salário. | 131 |
| 2.1.2.5 – Com subordinação jurídica/económica | 133 |
| 2.1.2.6 – No seio de uma organização | 139 |
| 2.2 – O tempo de trabalho para a Constituição | 142 |
| 2.2.1 – Ausência de um conceito explícito. | 142 |
| 2.2.2 – Conceito implícito e heterodeterminável | 146 |
| 2.2.2.1 – Por contraposição a tempos de não trabalho | 146 |
| 2.2.2.2 – Por referência à substância e não à forma | 151 |

| | |
|---|-----|
| 2.2.2.3 – Por irrelevância do local | 158 |
| 2.2.2.4 – Em resumo | 160 |
| 2.3 – Os tempos de não trabalho a que foi sensível o legislador | |
| constitucional | 168 |
| 2.3.1 – Razões | 168 |
| 2.3.2 – Os tempos consagrados como direitos | 173 |
| 2.3.2.1 – Enumeração dos direitos | 173 |
| 2.3.2.2 – Interpretação dos direitos | 176 |
| 2.3.2.2.1 – Direito a direito | 176 |
| 2.3.2.2.1.1 – Repouso e lazeres. | 177 |
| 2.3.2.2.1.2 – Férias | 179 |
| 2.3.2.2.1.3 – Descanso semanal | 181 |
| 2.3.2.2.1.4 – Limitação da jornada de trabalho | 182 |
| 2.3.2.2.1.5 – Conciliação da atividade profissional com a vida familiar | 184 |
| 2.3.2.2.2 – No conjunto dos direitos | 187 |
| 2.4 – A forma como os tempos de não trabalho foram e estão equacionados na Constituição vigente: direitos económicos, sociais e culturais | 193 |
| 2.4.1 – Direitos Fundamentais. | 195 |
| 2.4.1.1 – Aceção material. | 195 |
| 2.4.1.2 – Perspetiva estrutural. | 204 |
| 2.4.1.2.1 – Tutela especial e reforçada | 204 |
| 2.4.1.2.2 – Autonomia de sentido e sistemática | 213 |
| 2.4.1.3 – Efetividade | 218 |
| 2.4.1.3.1 – Titularidade e oponibilidade | 223 |
| 2.4.1.3.2 – Recusa de não direitos. | 232 |
| 2.4.1.3.3 – Judiciabilidade | 235 |
| 2.4.2 – Direitos menores | 243 |
| 2.4.2.1 – Força jurídica dos direitos, liberdades e garantias face aos demais | 243 |
| 2.4.2.2 – Notas da força jurídica do art. 18º da Constituição | 246 |

| | |
|--|------------|
| 2.4.2.3 – Extensibilidade (ou não) das aludidas notas de força jurídica aos direitos em causa | 251 |
| 2.4.3 – Direitos análogos a direitos, liberdades e garantias | 260 |
| 2.4.3.1 – Princípio da analogia | 260 |
| 2.4.3.2 – Requisitos da analogia | 263 |
| 2.4.3.3 – Testagem da analogia | 270 |
| 2.4.3.4 – O conteúdo mínimo dos direitos em causa | 277 |
| 2.4.3.4.1 – A problemática em geral. | 277 |
| 2.4.3.4.2 – A problemática em especial | 282 |
| 2.4.3.5 – Ilações em torno da analogia | 292 |
| 2.4.3.5.1 – Adaptações necessárias | 292 |
| 2.4.3.5.2 – Eficácia “erga omnes” | 298 |
| 2.4.3.5.3 – Restrições limitadas | 301 |
| 2.4.3.5.3.1 – Restrições legais | 302 |
| 2.4.3.5.3.2 – Outras restrições. | 306 |
| 2.4.3.5.4 – Desnecessidade de lei ordinária | 309 |
| 2.4.3.5.5 – Questões de ordem pública. | 317 |
| 2.4.3.5.5.1 – O(s) conceito(s) | 317 |
| 2.4.3.5.5.2 – Os valores | 319 |
| 2.4.3.5.5.3 – A analogia | 320 |
| 2.4.3.5.5.4 – A proteção de terceiros. | 322 |
| 2.4.3.5.6 – Indisponibilidade/imperatividade. | 324 |
| 2.4.3.5.6.1 – Razão de ser. | 324 |
| 2.4.3.5.6.2 – Efeitos | 327 |
| 2.4.3.5.6.3 – Limites. | 331 |
| | |
| III – Leitura e resolução de questões a jusante da Constituição | 339 |
| | |
| 3.1 – A Constituição como garantia de não retrocesso legislativo nestas matérias. | 340 |
| 3.1.1 – Enunciado da questão | 340 |
| 3.1.2 – Discussão da questão. | 344 |
| 3.1.2.1 – Em abstrato | 344 |

| | |
|---|------------|
| 3.1.2.1 – Em concreto | 349 |
| 3.1.2.3 – A reserva do possível | 352 |
| 3.2 – O Direito à desconexão | 356 |
| 3.2.1 – Um direito possível | 356 |
| 3.2.2 – Um direito efetivo | 363 |
| | |
| Conclusões | 371 |
| | |
| Bibliografia | 375 |
| | |
| Jurisprudência | 389 |
| | |
| Índice remissivo | 393 |